

Memórias amazônicas nas narrativas de pescadoras de camarão da comunidade São Sebastião da Brasília, Parintins (AM)*

Júlio Claudio da Silva**
Iraíldes Caldas Torres***

Introdução

A partir das oralidades amazônicas, o presente artigo busca analisar as memórias sobre a pesca do camarão, norteadas pela questão, a saber: como a pesca do camarão expressa a divisão sexual do trabalho e demarca a relação de gênero na comunidade de São Sebastião da Brasília, zona rural do município de Parintins? Orientado por um projeto de pesquisa em história oral, entrevistamos homens e mulheres, moradores ou ex-moradores da comunidade. Os colaboradores trabalharam ou trabalham com a pesca do camarão, e testemunham aspectos das experiências dessas mulheres com o trabalho da pesca do camarão ou compartilham memória sobre.

São Sebastião da Brasília, comunidade tradicional amazônica, está situada à margem esquerda do rio Amazonas, em frente à cidade de Parintins, Amazonas. Tem como limite, ao norte, o Paraná do Espírito Santo, o rio Amazonas ao sul, a

* Este artigo apresenta resultados parciais dos projetos de pesquisa Universal FAPEAM “Entrelaçamento entre gênero, agroecologia e transferência de tecnologia em cinco comunidades do Baixo Amazonas (Parintins e Maués): manejo e produção de alimentos pelas mulheres das florestas e das águas”, coordenado pela professora Iraíldes Caldas Torres, e “Gênero e trabalho na Comunidade de São Sebastião da Brasília Parintins/AM” desenvolvida por Júlio Cláudio da Silva, no âmbito do Programa Nacional de Pós-Doutorado, Edital n.º 004/2017– PROPESP/PPGSCA-UFAM.

** Professor do CESP/UEA (Universidade Estadual do Amazonas) e do PPGH/UFAM (Universidade Federal do Amazonas). E-mail: julio30clps@gmail.com.

*** Professora do PPGSCA/UFAM (Universidade Federal do Amazonas). E-mail: iraildes.caldas@gmail.com.

comunidade de Catispera a leste e de São José a oeste (Brasil, 2016). Assim como ocorreu com várias outras comunidades tradicionais do Amazonas, São Sebastiao da Brasília foi instituída como Comunidade Católica em 28 de março de 1968, através da Comunidade Eclesial de Base, cuja missão era reorganizar as localidades rurais, levando aos irmãos do interior os ensinamentos segundo os preceitos católicos (Cerquem, 1980).

Na comunidade residem cerca de 70 famílias, em casas construídas sobre palafitas, dispersas pelo terreno da comunidade. As atividades socioeconômicas são desenvolvidas nas unidades produtivas familiares e comunitárias, organizadas considerando o período da cheia e de vazante. Como principal atividade socioeconômica e cultural para a maioria das famílias, destaca-se a pesca, especialmente a do camarão, sendo esta uma das principais referências da comunidade, que possui vários lagos com grande riqueza piscosa e em crustáceos (Brasil, 2016). A comunidade também desenvolve atividades agrícolas como o cultivo de hortaliças, legumes, frutas, grãos e raízes, além de criarem galinhas, patos, perus e porcos para a própria subsistência e para venda em Parintins.

Contudo, a pesca do camarão assume uma centralidade nesta comunidade devido à sua importância socioeconômica, e também por ser demarcador das relações de gêneros, pois é uma atividade que envolve a participação direta de mulheres que, desde criança, vivenciam as experiências de pescadoras da várzea. Vale sublinhar a atuação das mulheres nas atividades ligadas à agricultura familiar e no cultivo das ervas medicinais. Sobre esta segunda atividade, Iranildes Caldas Torres (2004) observa que, na Amazônia, o trabalho feminino – na área rural, na agricultura familiar – é visto como coadjuvante, e as mulheres trabalhadoras são tidas como ajudantes dos homens. À luz desta análise de Torres (2004), nos indagamos em que medida, no caso específico da pesca artesanal do camarão em São Sebastião da Brasília, é possível identificarmos esta visão de trabalho. Ao menos no caso desta comunidade, são as mulheres que assumem o protagonismo na pesca do camarão, e quando os homens da comunidade dela participam, o fazem no papel de ajudantes.

Muitas pescadoras e pescadores possuem vínculo junto à Colônia de Pescadores Artesanais de Parintins Z-17 e ao Sindicato de Pescadores e Pescadoras Artesanais de Parintins. A ligação a estas entidades lhes permite receber os benefícios proporcionados pelo seguro defeso, que representa também importante contribuição financeira para a manutenção do lar (Brasil, 2016). Nesse sentido, nos interessa perceber qual é o significado da pesca de camarão para homens e mulheres e como esta atividade expressa uma divisão sexual do trabalho.

História oral, memória e divisão sexual do trabalho

O uso da metodologia da história oral nos permite registrar as experiências de homens e mulheres com a pesca do camarão e suas memórias sobre as origens dessa atividade pesqueira no comércio em Parintins. A partir do relato da mais idosa mulher ligada à pesca do camarão, Dona Maroca, das suas filhas, Dona Luzia e Dona Socorro, e do relato de outras mulheres pescadoras e dos homens moradores da comunidade, buscamos entender como se dão a organização e as experiências de trabalho na comunidade.

A história oral é uma metodologia de pesquisa que possibilita o conhecimento e o registro de testemunhos e experiências de múltiplas possibilidades de “formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade” (Alberti, 2005, p. 164). Ela permite o registro e análise das memórias dos sujeitos sociais, possibilitando o estudo acadêmico a partir dos pontos de vistas desses atores sociais.

Nessa perspectiva, a história oral é uma ferramenta útil para os estudos das comunidades amazônicas e seus processos de construção de memória, bem como suas experiências relativas ao trabalho com a pesca de camarão. Michel Pollak (1992, p.204) observa ser a memória fruto de um processo de organização, que se dá “em função das preocupações [...] do momento” em que é construída. O ato de lembrar, rememorar, é uma construção (Pollak, 1992).

Segundo Márcia Alves da Silva, o conceito de divisão sexual do trabalho está contido no interior das teorias feministas e é central para os estudos dedicados ao trabalho feminino. Sua adoção tem possibilitado a análise articulada das trajetórias de gênero e trabalho. Todavia, é preciso ressaltar que “[...] o contexto em que vivem homens e mulheres não é o resultado de um destino biológico [...], mas sim oriundo de construções sociais” (Silva, 2012, p.2).

A autora também apresenta um breve histórico do surgimento do conceito de divisão sexual do trabalho, a partir de Kergoat (2003) e Hirata e Kergoat (2007). O conceito foi adotado pela primeira vez pelos etnólogos para nomear o processo de divisão de tarefas entre homens e mulheres. Lévi-Strauss foi um dos principais nomes a adotá-lo em seus estudos explicativos da estruturação das famílias. Contudo, foram as antropólogas feministas que ressemantizaram este conceito, substituindo o seu sentido de complementariedade pelo de relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres (Silva, 2012).

Nas duas décadas subsequentes à promulgação da Constituição de 1988, houve o crescimento da visibilidade, no âmbito social e político, das mulheres atuantes no setor de pesca artesanal. Tal fenômeno se traduz no crescimento do registro de mulheres, na rubrica de pescadoras, nas respectivas entidades de classe. Ao mesmo tempo, a Lei de Pesca permitiu uma definição ampliada dessas profis-

sionais, resultando no “reconhecimento das mulheres enquanto agentes produtivos nesse setor, até há pouco visto como formado fundamentalmente por homens” (Maneschy, 2013, p. 1).

Um novo conceito de pesca artesanal foi incorporado à Lei de Pesca de 2009, quando nesta foi incluído o “processamento do produto da pesca artesanal” (Brasil, 2009). Nesse sentido, a Lei de Pesca passou a reconhecer como atividade inerente à pesca artesanal as tarefas realizadas após a captura do pescado (Maneschy, 2013). No caso da pesca artesanal do camarão no entorno da Comunidade de São Sebastião da Brasília, elas incluem o salgamento e o cozimento do pescado para a posterior venda.

A atividade de pesca, captura do pescado, já fazia parte da lei anterior, contemplando inclusive marisqueiras da costa do Nordeste e as pescadoras de camarão da bacia do Amazonas. Não obstante o amparo da lei, as pescadoras não faziam os seus registros profissionais, não possuíam uma atuação expressiva em suas entidades de classe, nem estavam presentes nas estatísticas relativas às suas atividades profissionais (Maneschy, 2013).

Vários fatores políticos, sociais e culturais contribuíram para este quadro de invisibilidade de mulheres envolvidas com o trabalho da pesca, como “as características da sua inserção na pesca, que tende a se dar de maneira flutuante, ou descontínua”, ou “muitas vezes o fazem para promover diretamente o consumo do lar e, assim, sem passar pelo mercado” (Maneschy, 2013, p. 2). Tendo em vista os registros de memórias da divisão sexual do trabalho, dos testemunhos e das experiências ligadas à pesca do camarão por parte das mulheres da Comunidade de São Sebastião da Brasília, duas questões emergem: seria essa assertiva totalmente aplicável às mulheres camaroeiras da Brasília, com suas bancas na rampa do Mercado Municipal de Parintins? Em que medida o lugar das mulheres, na divisão sexual do trabalho, reverbera certo obscurecimento das atividades femininas em função da combinação das atividades “produtivas e reprodutivas, muitas vezes” praticadas “no mesmo tempo e lugar”, como aponta Maneschy (2013, p. 2)?

As dez entrevistas a partir das quais redigimos este artigo possuem relatos ricos e detalhados sobre diversos temas. Contudo, o relato da mais idosa colaboradora, suas narrativas de si, da juta e da pesca do camarão, foram o nosso norte, e revelaram-se icônicas da divisão sexual do trabalho, das relações de gênero e das possibilidades de ressignificação deste trabalho e de empoderamento dessas mulheres.

Pesca do camarão e divisão sexual do trabalho

Maria do Carmo Xavier da Silva, a Dona Maroca, foi a pescadora de camarão mais idosa localizada nesta pesquisa. Nascida na Boca do Paraná do Ramos em 16 de julho de 1931, na ocasião da entrevista contava 85 anos. Casada por duas vezes, foi mãe de doze filhos, entre os quais Luzia Cândida da Silva Gomes e Maria do Perpétuo Socorro Xavier da Silva, ambas ex-camaroeiras (Maria do Carmo Xavier da Silva, 2017).

A escolaridade de Dona Maroca foi “só o primeiro ano” (Maria do Carmo Xavier da Silva, 2017). Na época não havia professores disponíveis na Brasília e sua mãe não dispunha de recursos para transferi-la para a sede do município. Por isso, “eu só sei escrever meu nome, ler algumas palavras, isso que eu sei” (Maria do Carmo Xavier da Silva, 2017). Aposentou-se por idade, ao completar sessenta anos. Sua família tem origem na região do Lago do Zé Açú, onde teriam nascido a sua avó materna e sua mãe. Posteriormente a família deslocou-se para a região do Paraná do Espírito Santo (Maria do Carmo Xavier da Silva, 2017).

Dona Maroca chegou à comunidade de São Sebastião da Brasília com o segundo marido. Sua narrativa sobre o fim do primeiro casamento é reveladora de um dos elementos caracterizadores das desigualdades presentes nas relações de gênero: a violência. O primeiro esposo “bebia muito, queria me maltratar e eu com esses três filhos aí, eu tive que dar o fora de lá. Ele bebia muito e só andava me prometendo morte. Eu não queria morrer ainda, né? Aí eu saí fora” (Maria do Carmo Xavier da Silva, 2017). O processo de construção da memória individual pode ser consciente ou inconsciente. Nesta operação, a “memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (Pollak, 1992, p. 204). Mas, como podemos ouvir o significado da inclusão de fatos relevantes, ainda que traumáticos, no processo de organização da memória, a ponto de ter determinado a mudança de rumo de uma trajetória? Muito provavelmente, foi possível à colaboradora trazer à baila a memória da violência, retirá-la do subterrâneo, romper tabus (Pollak, 1989) e vocalizá-la por tratar-se de uma experiência de superação relacionada ao trabalho no campo e à pesca do camarão. Alessandro Portelli nos lembra que no ato da entrevista não existe um observado e um observador, e sim dois sujeitos se olhando “reciprocamente [...], [como em] uma dança [...], é algo interativo” (Cavalcanti; Petit; Ramos Junior, 2018, p.268).

Dona Maroca não sabe precisar exatamente o período em que se mudou para a comunidade de São Sebastião da Brasília. Como a sua primeira filha, do segundo casamento, Maria do Perpétuo Socorro, nasceu em 1962, provavelmente a mudança se deu na década de 1950. Segundo o seu processo de construção de memória, a filha Maria José teria nascido lá (Maria do Carmo Xavier da Silva, 2017). Entretanto, ela chegara à Comunidade da Brasília durante o período da juta. Nesta ocasião, o seu trabalho, do seu marido e familiares esteve ligado a

este cultivo. Paralelo ao plantio da juta, Dona Maroca, seu marido e o filho mais velho também produziam outros gêneros. “Plantava assim macaxeira, melancia, melão. Tudo isso nós plantava com ele” (Maria do Carmo Xavier da Silva, 2017). Segundo o seu relato, esses gêneros eram basicamente para a subsistência familiar, o excedente poderia ser vendido: “Era nossa despesa, aí já depois de eu pagar tudo o banco, aí eu plantava, nós comia e vendia pra quem fosse comprar. Era assim” (Maria do Carmo Xavier da Silva, 2017).

O processo de construção de memória de Dona Maroca não recupera o período exato do início de sua atividade de pesca do camarão. Contudo, localiza, aproximadamente, no décimo quinto aniversário de seu filho o início desta atividade. “Esse aqui que era o mais velho, ele estava com uns quinze anos quando nós começamos a pescar o camarão”. Muito provavelmente isto ocorreu na década de 1960 (Maria do Carmo Xavier da Silva, 2017).

Indagada sobre a origem da pesca do camarão na Comunidade de São Sebastião da Brasília, Dona Maroca explica ter sido uma iniciativa de uma parente do seu esposo, Vivaldo Ribeiro da Silva:

Era, era uma prima dele e lá ela começou a pegar os camarão e quando foi um dia ela saiu pegou um bocado de camarão e veio pra Parintins vender e lá vendeu tudinho, quando ela chegou pra lá ela espalhou e aí o pessoal e até eu pelo meio me meti pra pegar camarão pra vender. (Maria do Carmo Xavier da Silva, 2017).

Torres (2005, p. 25) já salientou o quanto a cultura do patriarcado caracteriza-se por privilegiar “o sistema de relações patrimonialistas do tipo pai e filha; marido e mulher; irmão e irmã; senhor e escravo; senhor/animais e demais propriedades”. A partir da reflexão da autora, percebemos como muitas vezes a memória de homens e mulheres pode estar impregnada de referências patriarcais patrimonialistas. No processo de construção de memória, Dona Maroca atrela primeiro a identificação da camaroeira precursora ao nome do senhor Vivaldo Ribeiro da Silva, para, posteriormente, conseguir recuperar o seu nome.

A camaroeira pioneira teria sido a senhora Ana Ribeiro, moradora, na época da entrevista, da Vila Amazônia. Segundo Dona Maroca, a produção era escoada para Parintins, onde era vendida: “Pra vender aqui na cidade [...], naquele tempo era três mil réis que era o frasco do camarão [...], e hoje tá dez reais o litro” (Maria do Carmo Xavier da Silva, 2017).

A nova atividade econômica, a pesca do camarão, preservava a estrutura do trabalho familiar. Em torno de si, Dona Maroca reunia um grupo de mulheres constituído por parentes e comadres: “Eu, com minha filha e a Ritinha, minha cunhada, tinha a comadre, tinha ela também. Nós reuníamos toda aquela turma e

ia pescar camarão, lá tinha muita gente” (Maria do Carmo Xavier da Silva, 2017).

Por que homens e mulheres não se dedicavam à pesca do mesmo produto? Segundo Dona Maroca, “porque os homens iam pro lago pescar outras coisas, peixes, essas coisas, trabalhar também, roçar campo pros outros” (Maria do Carmo Xavier da Silva, 2017). Em seu estudo sobre a divisão sexual do trabalho, Andréa Siqueira (2006, p. 266-267) demonstra o caráter hierárquico desta separação: “Idealmente, em termos de relação de gênero, o homem é considerado o provedor da família, enquanto a mulher é responsável pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com as crianças”.

Em função do tempo dispensado para a pesca do camarão, seria esta uma estratégia feminina para poderem se dividir entre esta e outras atividades? Vários relatos indicam ser a pesca de camarão realizada por elementos do mesmo núcleo familiar ou pela organização de parcerias. Segundo Dona Maroca, “a gente se juntava as mulheradas pra gente pegar camarão e eles se botavam a pescar o peixe”. Além de demarcar uma divisão sexual do trabalho, em termos práticos, a pesca do peixe tem uma função acessória ao fornecer a isca, matéria importante para a pesca do camarão: “Mesmo porque, quando eles chegavam, a gente pegava um pouco daquele peixe pra fazer isca do camarão” (Maria do Carmo Xavier da Silva, 2017).

O relato de Dona Maroca parece indicar que a divisão sexual do trabalho, estabelecida no momento da pesca do camarão e dos peixes, feita nos lagos das cercanias da comunidade, atravessa o Rio Amazonas e instala-se na frente da cidade de Parintins. Refiro-me à última fase destas atividades econômicas: o comércio do peixe e do camarão: “Quando eles chegavam do lago, eles vinham vender o peixe e nós vinha vender o camarão” (Maria do Carmo Xavier da Silva, 2017).

Estudos como os de Siqueira (2006) sugerem haver restrições à presença feminina em atividades de comercialização dos produtos mais rentáveis, produzidos no âmbito familiar, nos mercados locais: “não se observam mulheres na área estudada negociando a venda e a compra do fruto do açaí – produto mais rentável atualmente – e sua presença também era menor na venda de camarão no mercado local” (Siqueira, 2006, p. 266-267). Naturalmente os resultados apresentados pela antropóloga valem, pelos menos, para as comunidades que estuda na Ilha de Marajó. Contudo, os padrões de organização da atividade comercial nesta região nos fornecem pistas sobre algumas possibilidades de compreensão do porquê serem as mulheres as vendedoras de camarão nas bancas ao lado do Mercado Municipal de Parintins. Nas décadas de 1960 e 1970, a pesca e o comércio de peixe eram atividades, do ponto de vista econômico, bastante expressivas.

Segundo Dona Maroca, os maridos iam com suas esposas venderem os seus produtos junto ao Mercado Municipal de Parintins: “Mas todo mundo era junto, cada marido era com mulher lá pra vender, eles vendiam o peixe, terminava, vinha ajudar a mulher terminar de vender o camarão” (Maria do Carmo Xavier

da Silva, 2017). O peixe no interior do Mercado e o camarão na parte externa: “Tinha aquela rampa? De lá de cima? Lá que a gente vendia os camarão, cada qual tinha sua banca lá” (Maria do Carmo Xavier da Silva, 2017). A justificativa apresentada por nossa colaboradora para esta divisão espacial, o locus no qual se situam os dois produtos, seria o odor característico do peixe. “Porque eles vendiam o peixe lá e o peixe bate aquele pitiú, compreendeu? Batia aquele pitiú e pegava no camarão, o camarão tinha que ser livre. É assim que é, mestre!” (Maria do Carmo Xavier da Silva, 2017).

Segundo o seu processo de construção de memória, o trabalho de pesca do camarão é uma atividade predominantemente feminina: “Era só a mulherada que iam, algum marido que ia com a mulher, mas a maior parte era só mulher” (Maria do Carmo Xavier da Silva, 2017). Eventualmente, em uma dessas pescarias, um filho poderia acompanhar a sua mãe, mas esta estava reunida com outras mulheres, protagonizando a atividade pesqueira. “Era com as outras, por exemplo, hoje nós vamos pescar camarão, se juntava quatro canoa pra ir pescar o camarão, uma ia com duas mulheres, às vezes com filho, e era assim” (Maria do Carmo Xavier da Silva, 2017).

Memórias da origem da pesca do camarão

José das Graças Martins da Silva nasceu em uma comunidade às margens do Paraná do Espírito Santo e reside há aproximadamente trinta e seis anos na Comunidade de São Sebastião da Brasília. Casou-se com uma filha da comunidade, e toda a sua família nela reside (José das Graças Martins da Silva, 2017).

A indagação sobre como teria surgido a pesca de camarão na comunidade o remeteu a uma memória compartilhada (Pollak, 1992) por seu sogro, Ivaldino Ribeiro da Silva ou, simplesmente, Vavá: “A dona Ana, irmã do finado Vavá, eram dois irmãos que foi que iniciou a pescaria” (José das Graças Martins da Silva, 2017). Para acionar a memória e identificar a personagem a quem se atribui o pioneirismo na pesca de camarão na Comunidade da Brasília, nosso colaborador toma como referência o irmão da pescadora, em mais uma recorrência da cultura do patriarcado, definida por Torres (2005, p.25) como um “sistema de relações patrimonialistas”, no caso, “irmão e irmã”. A referida memória compartilhada diz respeito aos instrumentos e à técnica para a pesca do camarão. Segundo o seu falecido sogro, a pescaria de camarão era feita com uma espécie de armadilha. Este instrumento era confeccionado com “sacas de roda, sacas dessa que vinha o sal, de fibra, de farrapilha. Então eles faziam aquela coisa de roda, a boca, aí botavam o peso, botavam a isca e arreavam lá pro camarão cair” (José das Graças Martins da

Silva, 2017).

Com o tempo, a irmã de seu Vavá teria partido, aberto a saca e colocado dois pedaços de madeiras. “A saca é essa aqui e aí põem um pau assim, e põem o outro assim, faz um X na saca e ela achou melhor, que era melhor fazer assim pra só botar lá e depois chegar e levantar” (José das Graças Martins da Silva, 2017). Uma segunda inovação desenvolvida teria sido o cozimento; segundo o relato do senhor José Martins, o camarão pego não era cozido: “Um dia a Dona Ana, irmã do finado Vavá, resolveu salgar e ferver o camarão” (José das Graças Martins da Silva, 2017).

No processo de construção de memória de Dona Maroca, teria sido uma prima do senhor Vivaldo Ribeiro da Silva, Ana Ribeiro, a precursora da pesca do camarão na Comunidade de São Sebastião da Brasília. Para o senhor José Martins, a pesca do camarão foi iniciada por dois irmãos: “A Dona Ana, irmã do finado Vavá” (José das Graças Martins da Silva, 2017). Também teria sido de Dona Ana a ideia de cozinhar o camarão em água com sal, deixando-o com a coloração vermelha, e não a rosa: “Ela achou que fizesse outro plano pro camarão sair vermelhinho, porque o camarão saía rosa com a água fervendo, aí ela fez, eles conversaram e fizeram” (José das Graças Martins da Silva, 2017). Para Dona Maria do Perpétuo Socorro Xavier da Silva e sua irmã, Dona Maria Luzia Cândida, a Ana em questão chama-se Ana Gomes. Por sua vez, Ana Gomes é irmã de Osvaldo Gomes, esposo da Dona Luzia Cândida da Silva Gomes. Muito provavelmente, a personagem Ana seja a mesma pessoa. Todavia, os três relatos apontam duas evidências: de um lado, a origem de uma divisão sexual do trabalho na qual é atribuída à mulher, Ana, o ofício da pesca do camarão; do outro, um certo silêncio ou fortes limites para a identificação desta personagem, de per si.

Luzia Cândida da Silva Gomes nasceu na comunidade de São Sebastião da Brasília, filha de Dona Maria do Carmo Xavier da Silva e Vivaldo Ribeiro da Silva. O início da experiência de Dona Luzia com a pesca de camarão se deu dois anos após o seu casamento. Com 16 anos de idade, casou-se, e com 18 iniciou no trabalho da pesca. Provavelmente, já conta mais de quatro décadas na atividade da pesca do camarão (Luzia Cândida da Silva Gomes, 2017). O processo de construção de memória de Dona Luzia Cândida difere em alguns aspectos do presidido pelo Senhor José das Graças. Nas memórias de Dona Luzia Cândida, teria sido a sua cunhada, Ana Gomes, a criadora da pesca de camarão na Comunidade – não havendo, pois, a presença do irmão Vavá: “Ela [Ana Gomes] inventou a pescaria do camarão. Foi ela que começou a pesca do camarão aqui na nossa cidade” (Luzia Cândida da Silva Gomes, 2017). Segundo a colaboradora, os membros das comunidades ainda não haviam pensado como se faria a pesca. Ana Gomes teria pegado dois pedaços de madeiras e de “rede”, e teria ido pescar: “pau encruzilhado e foi pescar o camarão e pego” (Luzia Cândida da Silva Gomes, 2017). Uma segunda

iniciativa atribuída a Ana Gomes foi o comércio de camarão na sede de Parintins: “aí ela começou a pescar e começou a comercializar o camarão aqui em Parintins. Aí o resto do pessoal começou a pescar e foi assim que começou a nossa pesca” (Luzia Cândida da Silva Gomes, 2017).

Embora sua mãe, Dona Maroca, também tenha sido uma “pescadora” de destaque, o relato de Dona Luzia Cândida a situa na mesma temporalidade de ação na qual se encontravam a própria Luzia e sua cunhada. Assim, o relato de Dona Luzia sugere ter iniciado a sua atividade de pescadora junto à sua cunhada: “eu comeci a pescar também junto com ela” (Luzia Cândida da Silva Gomes, 2017). Os relatos sobre a pesca de camarão e o trabalho em agricultura nas comunidades rurais são fartos nas referências ao trabalho infantil. Provavelmente, o alinhamento entre as três mulheres, por parte de Dona Luzia, refira-se ao início do trabalho pesqueiro, quando ela ainda estava em sua tenra idade. Segundo o processo de construção de memória presidido por nossa colaboradora: “junto ali com minha comadre que está ali ao meu lado, foi nós primeiro que começamos a pesca do camarão” (Luzia Cândida da Silva Gomes, 2017).

Por outro lado, sua narrativa não apresenta uma fronteira clara na divisão sexual do trabalho, estabelecida na pesca do camarão na comunidade de São Sebastião da Brasília. “Daí começou agora nesse negócio da pesca do camarão se envolver senhor, senhores, senhoras, jovens e até mesmo criança tem vontade de pescar assim. E leva com a gente né?” (Luzia Cândida da Silva Gomes, 2017). As crianças que acompanham os mais velhos aprendem o ofício desde a tenra idade. Segundo o relato de Dona Luzia Cândida, a aplicação efetiva dessa aprendizagem ocorrerá na fase adulta: “mas aí pegando aquela prática pra, quando chegar a idade que possa pescar sozinho, ele sabe como se adequar à pescaria do camarão” (Luzia Cândida da Silva Gomes, 2017).

Siqueira (2006), ao analisar a utilização do trabalho infantil, observa serem as crianças, menino ou menina, desejáveis também como força para o trabalho familiar. As meninas são iniciadas mais cedo nas tarefas domésticas e, por volta dos seis anos de idade, já auxiliam suas mães nos cuidados com os irmãos menores. Nesta mesma faixa de idade, os meninos dedicam-se às brincadeiras.

Por volta dos oito anos, porém, meninos e meninas já podem ser observados trabalhando com seus pais nas roças (plantio, capina, colheita), nos açaiçais (plantio e coleta), nas casas de farinha, na pesca de camarão, (preparando as iscas de camarão, poquecas), nas caças (feitura de armadilhas). Mais meninos do que meninas pescam, caçam e acompanham seus pais na venda de seus produtos no mercado local. (Siqueira, 2006, p. 265).

A Professora Maria do Perpétuo Socorro Xavier da Silva, filha de Maria do Carmo Xavier da Silva e Vivaldo Monteiro da Silva, nasceu no dia 13 de janeiro de 1962, na Comunidade da Brasília, local no qual passou os seus primeiros anos

de vida e de onde saiu logo após as séries iniciais, para continuar os estudos. Na ocasião da entrevista, contava 55 anos de idade. Seu relato cita a atuação de sua mãe entre as mulheres pescadoras de camarão. Dona Maria do Carmo teria sido uma “uma pescadora árdua de camarão” (Maria do Perpétuo Socorro Xavier Silva, 2017).

O processo de construção de memória de Dona Socorro também identifica uma senhora, de sobrenome Gomes, como sendo a precursora da pesca do camarão. Todavia, há uma variação no nome desta pescadora. Assim, ela será identificada como Maria Gomes: “o nome dela é Maria Gomes. Foi umas das pioneiras né? [Foi ela] que inventou, que começou a pescaria do camarão mesmo e depois disso, quando viram, que ela pescava [...]” (Maria do Perpétuo Socorro Xavier Silva, 2017).

Segundo o seu relato, o surgimento da pesca teria ocorrido em função dos limites estabelecido pelos ciclos das águas no cultivo da juta, face às dinâmicas do Rio Amazonas, com sua cheia e vazante. As inundações acabavam por represar parte dos camarões, que eram recolhidos pelos moradores:

Não, é mais ou menos assim, o pessoal, eles cultivavam muita juta na época, né? Então, quando... deixa eu ver como posso explicar, então, quando a água ia mais ou menos vazando, né? Então ficava aqueles camarão nos empoçados, nos poços e então era lá que a gente pescava, era praticamente com a mão, a gente pegava, com cuia nos poços que tavam secando, e aí eles ficavam presos e a gente colhia eles, pescava eles, mas era só mesmo pro consumo. (Maria do Perpétuo Socorro Xavier Silva, 2017).

A atividade pesqueira, voltada para o consumo familiar, tornou-se uma significativa fonte de renda para os moradores da comunidade, provavelmente em função da aceitação da percepção do valor comercial do camarão e da liberação da mão de obra dos moradores da Brasília para empreenderem em outros projetos econômicos, com o fim da exploração massiva da juta no Baixo Amazonas:

Quando ela viu que a pescaria dava bem, né? Tava dando uma fonte de renda. Aí ela começou a pescar mesmo pra vender, pra comercializar o camarão. E era comercializado aqui em Parintins, e até hoje a pescaria é assim, eles pescam à noite, geralmente é à noite, né? E trata o camarão, cozinha e quando é na manhã, quando amanhece o dia, eles atravessam o dia pra vim vender aqui. (Maria do Perpétuo Socorro Xavier Silva, 2017).

A narrativa de Dona Socorro nos fornece uma descrição das características territoriais da Comunidade da Brasília. Segundo seu relato, a região onde se situa

a comunidade teria sido mais extensa, e a transformação do solo e a redução territorial teriam ocorrido em função do processo de erosão provocado pela vazante do Rio Amazonas, fenômeno conhecido como “terras caídas”. Segundo Dona Socorro: “porque eu lembro que a gente ia daqui, né? Aquela terra era muito grande lá. Hoje o senhor vê só já um fio, as terras caídas, a correnteza já levou muita terra lá. Então era muito grande aquele terreno lá” (Maria do Perpétuo Socorro Xavier Silva, 2017).

Ao que parece a partir de seu relato, no passado, a área da comunidade seria coberta por uma extensão territorial maior do que a atual. Naquele período, quando da cheia, havia a formação de várias poças de água nas quais eram repredados os camarões:

Então tinha muitos poços, ficava muito, muitos poços lá. E o povo pescava mesmo. Ela principalmente, ela que criou, nas terras de barranco mesmo, botava os cestos. (...) Basta ver que as primeiras camaroeiras, ela inventou naqueles sacos, ela forrava o paneiro e saía arrastando né? Pra pescar. Agora, não, agora eles inventaram a camaroeira mesmo que de saca daquelas que é de café, saca onde fica o café, é sarrapilha. É nessas sacas que eles fazem agora. (Maria do Perpétuo Socorro Xavier Silva, 2017).

Memórias da venda do camarão

No processo de construção de memória do senhor José das Graças Martins da Silva, a iniciativa da venda dos camarões em Parintins também é atribuída aos dois irmãos. Depois de iniciado o comércio do pescado na frente da sede da Cidade de Parintins, outras pessoas teriam aderido à esta modalidade de comércio. Contudo, um dado em sua narrativa nos chama atenção: a participação de homens e mulheres no ato da venda do camarão:

Aí depois já entrou várias pessoas [...], aí já entrou quem também lá de baixo? Já entrou a dona Maria, eu não sei bem o nome dela, que a gente chama só de... Mas o nome dela é Maria não sei de quê. Então aí já fomos pegando, lá de cima já entrou minha madrinha Maroca, já entrou da senhora aqui que também já não pesca mais, a Luzia e aí os filhos foram surgindo e foram pegando mesmo. (José das Graças Martins da Silva, 2017).

José das Graças Martins da Silva provavelmente mudou-se para São Sebastião da Brasília entre o final da década de 1970 e o início da década seguinte. Na

comunidade, conheceu aquela que seria a sua companheira, já praticando a pesca do camarão. Em sua experiência migratória, teria levado consigo, do Paraná do Espírito Santo para a Brasília, as notícias das festas do camarão e de São Sebastião do Mastro. O cotejo dos dados fornecidos pelo processo de construção de memória do Senhor José das Graças nos leva a outras personagens, como Ana Gomes, Maria do Carmo Xavier da Silva, a Dona Maroca, e Luzia Cândida Silva. Indagado sobre quando teria iniciado a pesca do camarão, o senhor José das Graças responde com a exclamação: “Ah! Tem muita idade!”. Ao chegar à comunidade, aos trinta e oito anos, já havia a pesca do camarão (José das Graças Martins da Silva, 2017).

José das Graças Martins da Silva reitera serem majoritariamente as mulheres as responsáveis pela pesca do camarão – “as mulheres pescam, todas elas pescam camarão” (José das Graças Martins da Silva, 2017) – e relata a sua versão sobre o porquê de os homens não participarem da atividade de venda do camarão, na cidade de Parintins: “é porque os homens têm mais vergonha que as mulheres, quer dizer, é verdade, as mulheres têm mais jeito, mais desembaraço que os homens” (José das Graças Martins da Silva, 2017). Isso remete ao fato de que a memória é seletiva e sujeita à negociação conciliadora entre o individual e o coletivo. Para que uma memória individual se beneficie das construídas por outrem, “é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com as suas”, havendo, pois, “uma base comum” (Pollak, 1989, p. 4).

Na Comunidade da Brasília e no rio Amazonas, parece haver poucos homens dispostos a ultrapassar as balizas demarcatórias da divisão sexual do trabalho para vender o camarão pescado na frente da Cidade de Parintins:

[Risos] O senhor quer saber por quê? Eu vou lhe dizer por quê. Vem um de lá e diz: “olha aquela senhora ali vendendo camarão!” [risos] É por isso que a gente tem vergonha. Ficam fazendo caçoada, o senhor sabe, é brincadeira mais a gente fica... Né? [Risos] É eu acho que é trabalho pra mulher vender o camarão. Não tem aquele moreno? Quando a mulher dele tá lá, que ele tá lá: “Oh! É uma senhora vendendo camarão!” [risos] Então é isso, a brincadeira deles é essa, vendendo camarão. (José das Graças Martins da Silva, 2017).

Atravessar essa fronteira é se colocar na condição do risível, ao assumir uma função que, na divisão sexual do trabalho, foi naturalizada e atribuída às mulheres. Peter Stearns (2007), ao relacionar as características das sociedades patriarcais e os marcadores de desigualdades de gênero, observa que a “força do patriarcado caiu sobre as mulheres, mas obviamente afetou também definições de masculinidade. Os homens, independentemente da personalidade de cada um, deveriam assumir seus papéis de dominantes” (Stearns, 2007, p. 34). Tais carac-

terísticas do patriarcado talvez nos auxiliem a entender os sentidos possíveis da descrição da cena imaginária do homem vendedor que evidencia o lugar, rigidamente demarcado, destinado aos homens e às mulheres neste locus de negociação mercantil, atravessado por uma visão patriarcal de mundo.

A convergência das mulheres na pesca do camarão parece ter ocorrido após a iniciativa de comercializar o camarão na frente da cidade de Parintins tornar-se bem-sucedida. Segundo o relato de Dona Maria do Perpétuo Socorro, “ela [Ana Gomes] começou a comercializar e aí começaram a pescar muitas pessoas” (Maria do Perpétuo Socorro Xavier Silva, 2017). Outras mulheres teriam seguido os mesmos trajetos, capitaneados por Dona Ana Gomes, nos lagos, paranás e na travessia do Amazonas. Um dos principais destaques na emergente atividade de pesca do camarão teria sido Dona Maroca, seguida posteriormente por suas filhas: “a minha mãe foi uma delas que começou a pescar e muitas. Depois já de muitos anos, nós também fomos pescando, nós, filhos” (Maria do Perpétuo Socorro Xavier Silva, 2017).

Contudo, Dona Socorro não sabe definir ao certo o porquê de a pesca do camarão ser uma atividade majoritariamente praticada pelas mulheres: “eu não [sei] lhe responder por que as mulheres, mas a maioria lá é mulher. Bem poucos homens que pesca. Pesca, sim, os homens, mas são bem poucos” (Maria do Perpétuo Socorro Xavier Silva, 2017). Segundo o seu relato, as mulheres vão sós em suas canoas, mas muitas vezes vão um grupo delas. “Ah! Elas às vezes vão sozinhas, às vezes sozinhas, eles vão assim, são várias canoas, né? E cada uma vai numa canoa. Cada uma faz sua pesca e no final une aquele grupo, principalmente quando é da família” (Maria do Perpétuo Socorro Xavier Silva, 2017). Em outras palavras, as mulheres camaroeiras podem desenvolver as suas atividades pesqueiras sozinhas ou no regime de parceria com outras mulheres.

Dona Socorro também nos descreve o processo do preparo do camarão, após a pesca, para a venda: “ah! Quando traz o camarão, lava ele bem e você cozinha ele bem só no sal” (Maria do Perpétuo Socorro Xavier Silva, 2017). O camarão é cozido com o líquido produzido pela desidratação provocada pelo sal, “e aquela água que sai dele, a gente não coloca água pra ele ferver lá, não” (Maria do Perpétuo Socorro Xavier Silva, 2017). Após cozinhar, “escorre bem, lava bem e aí pega, geralmente numa bacia, que é melhor, que você tem como mexer ele melhor pra não queimar e também pra não ficar nenhum cru, mal cozido e é assim, só no sal, e é uma delícia quando ele está assim quentinho” (Maria do Perpétuo Socorro Xavier Silva, 2017).

Um dos objetivos da pesquisa que precedeu a feitura deste texto foi verificar como a pesca do camarão expressa a divisão sexual do trabalho e demarca a relação de gênero na Comunidade da Brasília. Contudo, também buscamos perceber em que medida o protagonismo do trabalho feminino se traduz em em-

poderamento das mulheres camaroeiras. Em outras palavras, com quem fica o dinheiro obtido com a venda do camarão? Com um tom reticente, Dona Socorro nos relata: “bom... com elas [...], praticamente é pro sustento, né?” (Maria do Perpétuo Socorro Xavier Silva, 2017).

Sua narrativa possui alguma hesitação e reticências. Ainda que a nossa colaboradora tenha protagonizado um projeto emancipacionista capaz de levá-la a superar ou a minorar certos limites estabelecidos pelo patriarcado, a resposta à questão apresentada rapidamente a remeteu rumo à narrativa descritiva do trabalho comunitário e do bem comum como objetivo.

Segundo Dona Socorro, o recurso obtido com a venda do camarão é utilizado para a sobrevivência das famílias, “porque [...] na época que o camarão tá na força dele, na força do camarão que é a vazante, é a época que eles começam a plantar. Então o dinheiro que eles arrecadam é praticamente do camarão” (Maria do Perpétuo Socorro Xavier Silva, 2017).

À guisa de conclusão

Marcos da Luz, ao discorrer sobre os produtos pescados nas comunidades pelas mulheres camaroeiras, descreve a organização do trabalho. A atividade da pesca se dá a partir de um “regime familiar ou em parceria”: o primeiro pode reunir pais, filhos, irmãos, primos, tios e – por que não? – compadres; já o segundo reúne “os parceiros solteiros que arranjam outros colegas e vão pescar” (Marcos da Luz, 2017).

O ofício de pescador tem a sua organização orientada, predominantemente, pelos laços de parentescos, “a maioria se dá em regime familiar” (Marcos da Luz, 2017). No interior desta estrutura, no âmbito da divisão sexual do trabalho, cabe à mulher a pesca do camarão. Tal atribuição se daria pela associação da pesca com uma atividade doméstica, o cozimento do camarão: “elas cuidam muito mais da atividade do camarão porque envolve, além da captura, o tratamento. Então, por isso elas se dedicam mais à captura do camarão, que depois vai pra aquele cozimento, vai pro sol e tem a venda” (Marcos da Luz, 2017).

Diante desta descrição da organização e divisão sexual do trabalho, uma questão ocorreu ao entrevistador – e ela foi formulada. A que o colaborador atribuía à divisão sexual do trabalho, feita daquela forma? Por que caberia às mulheres a pesca do camarão? Sua resposta naturaliza este processo construído culturalmente pela presença do patriarcado nas comunidades ribeirinhas: “isso é natural, não é que a gente imponha” (Marcos da Luz, 2017).

Segundo o relato de Marcos da Luz, a atividade pesqueira em comunidades ribeirinhas como São Sebastião da Brasília é praticada em duas modalidades: a pesca do “peixe liso” e a do camarão. Para a captura deste tipo de peixe, usa-se a capucua, uma rede grande que atinge grandes profundidades, “porque o peixe se alimenta no fundo do rio”. Ainda, segundo o colaborador, “lá no fundo, onde estão os peixes lisos, grande quantidade de peixes lisos” (Marcos da Luz, 2017).

Em função da necessidade do uso da força física, este tipo de pesca, segundo o nosso colaborador, seria impróprio para as mulheres. Todavia, ele observa ser mais recorrente a atividade pesqueira feminina do pescado no período da safra: “no período em que os peixes tá saindo dos lagos e a fartura é muito grande, aí nessa atividade muitas mulheres participam” (Marcos da Luz, 2017). Neste período elas “[...] podem arriar a malhadeira, que é pequena, e ela mesma pode tirar ou dentro dos lagos, onde também é uma área pequena” (Marcos da Luz, 2017). Uma segunda atividade pesqueira possível de ser assumida pelas mulheres, em função da variável força física, seria a pesca do camarão.

Uma das características do patriarcado é enfatizar a fragilidade e inferioridade das mulheres: “insistiam nos deveres domésticos e algumas vezes restringiam os direitos das mulheres a aparecerem em público” (Stearns, 2007, p. 33). Torres (2012) reconhece, a partir do diálogo com a produção de Brumer (2004), o dever de se relativizar o que é trabalho leve ou pesado. A autora adota como metodologia o dar voz aos sujeitos da pesquisa, para assim, a partir das suas definições, aprender o que é o trabalho leve e pesado. Ao fazê-lo, observa ser trabalho pesado o tipo de trabalho exercido no campo, associado ao trabalho doméstico. Nas palavras de Torres (2012, p. 204): “O trabalho pesado para as mulheres é, sobretudo, a dupla jornada de suas atividades fora e dentro de casa”.

Dado o impacto e a intensidade da dupla jornada das mulheres da área rural, Iranildes Torres sugere que tais variáveis devem ser consideradas pela sociologia do trabalho. Além da variável força física, definidor do quão a pesca do camarão é uma função adequada para o exercício feminino, as atividades complementares à pesca do camarão parecem também habitar este universo: “após a captura, a lavagem dele e feito o cozimento que a mulher faz muito bem o cozimento. Né? Depois a secagem dele pra fazer a tenda” (Torres, 2012, p. 204). Além deste trabalho, muito similar ao trabalho doméstico, há outro fator ligado às características diferenciadoras da pesca artesanal do camarão e da pesca artesanal do pescado: a venda do camarão a ser feita na rampa do Mercado Municipal ou no adro, ao seu lado.

A sequência do trabalho ligado à pesca do camarão também seria um segundo fator feminizador da pesca e venda do camarão. A pesca do camarão é feita à noite; o tratamento, o preparo para a venda do camarão, é feito no retorno. “Então quando elas amanhecem de dia, elas já amanhecem com a produção do dia anterior, pra ela vender. Então ela tem que vim aqui vender essa produção pra

manter família”. Além de reiterar o lugar da mulher camaroeira na divisão sexual do trabalho, a sequência do relato também situa a relevância da atividade da pesca artesanal: “elas ficam ali no mercado até duas horas da tarde. Duas horas, no máximo, tá todo mundo voltando pra comunidade pra iniciar um novo ciclo” (Marcos da Luz, 2017).

O processo de construção de memória conduz nosso colaborador a uma digressão sobre a tipologia dos instrumentos adotados para a pesca artesanal do camarão. Em um dos cursos técnicos, provavelmente ocorrido em 2012, pensou-se “chamar as pescadoras, as camaroeiras, tentar convencê-las de utilizar cada vez mais um apetrecho com uma malha maior, pra segurar só as espécies maiores e deixar os pequenos” (Marcos da Luz, 2017). O objetivo era promover a pesca do camarão maior e não do de menor tamanho, “pra tentar aumentar a produção e só que nós paramos com isso” (Marcos da Luz, 2017). Segundo a sua narrativa, a desistência em se tentar mudar o tipo de instrumento adotado para a pesca justificava-se pela relevância da pesca artesanal do camarão, praticada pelas mulheres da Comunidade de São Sebastião da Brasília: “Porque elas estão mantendo as famílias, talvez isso intensifique mais a vida delas, porque é onde sai o dinheiro, entendeu? Final de semana, todo mundo compra o camarãozinho para tirar gosto, e vende bem” (Marcos da Luz, 2017).

Nosso colaborador reitera o caráter intransponível da pesca e do comércio do pescado. Na visão desses trabalhadores da pesca, a divisão sexual do trabalho, assim como os lugares sociais, não seria flexível e nem negociável, mas sim estática. Segundo o nosso colaborador, o pescador que “ali nasceu. O pescador, ele vai morrer pescador” (Marcos da Luz, 2017). Seu testemunho dessas experiências indica serem imutáveis e intransponíveis os papéis na divisão sexual do trabalho. Nas palavras do colaborador “ele não vai te dizer o porquê dele não vai vender o camarão. Porque ele, na visão dele, no mundo dele, aquela atividade não é pra ele” (Marcos da Luz, 2017).

Esta visão sobre o trabalho seria parte da cultura dessas comunidades amazônicas. Não obstante o provável retorno financeiro oferecido pela pesca do camarão, segundo o nosso colaborador:

Olha, a do camarão dá um retorno significativo. Por quê? Porque os custos para a captura é muito menor. Se você for lá, tem um local, lago, um canto, em que você chega ali, tem o camarão, você faz a captura e vai fazer a preparação dele, para a comercialização, ou seja... Já o pescado, não. (Marcos da Luz, 2017).

Segundo Dona Maroca, o “camarão tinha que ser livre”, livre do “pitiú”, por isso a sua venda na parte externa do Mercado Municipal. Ao atravessar o rio

Amazonas para expor os seus produtos, as mulheres pescadoras de camarão parecem garantir a liberdade do crustáceo, e este, as delas. Todas as colaboradoras, em certa medida, têm ou tiveram por ofício um lugar demarcado na divisão sexual do trabalho, reproduzindo a relação de gênero na sociedade patriarcal do Amazonas. As referências apontadas pela pesquisa parecem indicar que essas mulheres, ainda que submersas no patriarcado, resistiram e ressignificaram o ofício de pescadora de camarão. Ao longo de suas vidas foi possível, graças ao trabalho de pescadora, superar diversas experiências demarcadoras das desigualdades de gênero. Em muitos casos, ser camaroeira é estratégico para o estabelecimento de novas configurações familiares e para o sustento financeiro de famílias da comunidade ribeirinha de São Sebastião da Brasília.

Referências

ALBERTI, Verena. Fontes orais: História dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm>. Acesso em: 26 fev. 2018.

BRASIL, João Bosco dos Santos. Mulheres pescadoras da Várzea do município de Parintins – AM: A pesca do camarão nas comunidades da Brasília e Catispera. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFAM, Manaus, 2016.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher agricultora do Rio Grande do Sul. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 12, nº1, p. 205-226, jan/abr, 2004.

CAVALCANTI, Erinaldo; PETIT, Pere; RAMOS JUNIOR, Dernival Venâncio. Entre-vistas com o professor Alessandro Portelli. Entrevistado: Alessandro Portelli. Transcrição: Mery Andrades. Tradução: Dernival Venâncio Ramos Junior. Escritas, Palmas, UFT, v.10, n. 1. p. 262-276, 2018.

CERQUA, Arcângelo. Clarão de fé no médio Amazonas. Manaus: Imprensa Ofi-

cial, 1980.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução: Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli; et al (Org.). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p.55-63.

MANESCHY, Maria Cristina. Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamento políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 41-64.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Tradução: Monique Augras. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução: Dora Rocha Flaksman. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SILVA, Márcia Alves da. Discutindo gênero através do trabalho artesanal. In: IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul / ANPED SUL, 2012, Caxias do Sul. Anais do IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. p.1-11. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/439/810>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SIQUEIRA, Andrea Dalledone. Mulheres, relações de gênero e tomadas de decisão em unidades domésticas caboclas do estuário amazônico. In: ADAMS, Cristina et al. (Org.). Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2006. p. 261-276.

STEARNS, Peter N. História das relações de gênero. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

TORRES, Iraildes Caldas (Org.). O Ethos das Mulheres da Floresta. Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2012.

_____. As novas Amazônidas, Manaus: EDUA, 2005.

_____. Noção de trabalho e trabalhadores na Amazônia. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004, Coimbra. Actas do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004. p. 1-11. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/IraildesTorres.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

Fontes orais

GOMES, Luzia Cândida da Silva [59 anos]. [mar. 2017]. Entrevistador: Júlio Claudio da Silva. Parintins, AM, 26 mar. 2017.

LUZ, Marcos da [48 anos]. [mar. 2017]. Entrevistador: Júlio Claudio da Silva. Parintins, AM, 26 mar. 2017.

MARTINS DA SILVA, José das Graças [68 anos]. [mar. 2017]. Entrevistador: Júlio Claudio da Silva. Parintins, AM, 26 mar. 2017.

SILVA, Maria do Carmo Xavier da [85 anos]. [mar. 2017]. Entrevistador: Júlio Claudio da Silva. Parintins, AM, 31 mar. 2017.

SILVA, Maria do Perpétuo Socorro Xavier da [55 anos]. [mar. 2017]. Entrevistador: Júlio Claudio da Silva. Parintins, AM, 26 mar. 2017.

Resumo: O presente artigo discute em que medida a pesca do camarão expressa a divisão sexual do trabalho e demarca a relação de gênero na comunidade de São Sebastião da Brasília, zona rural do município de Parintins, Amazonas. Para a realização da pesquisa originária deste artigo, adotamos a metodologia da história oral. Além do registro de memórias e experiências, trata-se de uma metodologia de pesquisa condutora do pesquisador à seara da operação dos trabalhos interdisciplinares. A partir dos relatos orais, evidenciamos os significados do protagonismo feminino na atividade pesqueira do camarão, e o quão emancipadora essa atividade pode ser.

Palavras-chave: História Oral. Memória. Gênero. Trabalho. Amazonas.

Amazonian memories from the narrative of shrimp fisherman in the community of São Sebastião da Brasília, Parintins (AM)

Abstract: This article discusses the extent to which the shrimp fishery expresses the sexual division of labor and demarcates the gender relationship in the community of São Sebastião da Brasília, a rural area of the municipality of Parintins, Amazonas. For the accomplishment of the original research of this article, we adopted the oral history methodology. Besides the record of memories and experiences, this research methodology conducts the researcher to the field of interdisciplinary work. Based on the oral reports, we show the meanings of female protagonism in the shrimp fishing activity and how emancipatory this activity can be.

Keywords: Oral history. Memory. Gender. Work. Amazon.

Recebido em 29/03/19

Aprovado em 08/05/2019